

QUE INCONSCIENTE?

Antonio Imbasciati*, Milão

Considerando os estudos sobre o desenvolvimento mental primitivo da criança, o autor propõe a comparação de alguns conceitos psicanalíticos com os dados com que nos chegam as ciências cognitivas e apresenta uma série de interrogações sobre qual possa ser, hoje, o conceito de inconsciente. O autor tende a demonstrar como muitas das teorias psicanalíticas são mantidas por tradição e não por uma efetiva e atual utilidade clínica. As interrogações e as relativas argumentações convergem para indicar a essência do inconsciente em um continuum de processos simbolopóéticos, em cujo término, em qualquer caso, pode-se manifestar a função que chamamos de consciência. Neste quadro o autor prospecta uma revisão de muitos conceitos psicanalíticos tradicionais e a necessidade de que os psicanalistas esclareçam suas teorias, seja no enfrentar-se com outras ciências, seja no seu trabalho clínico, com o objetivo de usar da melhor forma possível as descobertas psicanalíticas das últimas décadas. O autor propõe, além disto, um resumo teórico próprio para enquadrar as origens e a "construção" do sistema mental.

1. Por que o inconsciente? Ou por que as consciências?

O primeiro desenvolvimento psíquico, no recém-nascido e no bebê, foi estudado seja pela psicanálise mais recente, seja por outras ciências psicológicas, especialmente pelas chamadas ciências cognitivas. Se compararmos alguns dados provenientes de uma matriz científica em especial, mais que de outra, surgem muitas perguntas a respeito dos conceitos e das teorias que nós, psicanalistas, usamos. O objetivo deste trabalho é, pois, oferecer uma reflexão sobre a utilidade de alguns dos nossos modelos e uma especial reflexão sobre qual é, atualmente, o novo conceito de inconsciente.

Freud parece partir da pergunta "por que o inconsciente?" e de trás para a frente, através da consciência passa a explorá-lo. A psicanálise nasceu assim, "descobriu" o inconsciente, revolucionando o apregoado, que imperava na psicologia da época, que a mente tivesse que coincidir com a consciência. Podemos, aqui, nos colocar uma primeira pergunta: até que ponto o método fundado por Freud condicionou a nossa concepção de inconsciente? Uma coisa é o método de pesquisa e outra é o processo que é descoberto com tal método. Em outras palavras, a exploração pelo método freudiano da consciência de trás para a frente, sujeita a obstáculos, significa que devemos presumir um processo psíquico contrário? Um "fluxo", como Freud preferia imaginar, que vai do inconsciente para a consciência? E que a ela chegaria, se não encontrasse algo que o bloqueasse? E se este "algo" não existisse, poderíamos supor que tudo chegaria à consciência sempre? A não ser que se apelasse, como remédio, à remoção primária. Creio que Freud e os primeiros psicanalistas se fizeram tais perguntas e lhes deram uma resposta, mas quem sabe, hoje, seria oportuno refazê-las a luz dos novos conhecimentos adquiridos em um século de psicanálise.

Penso que o fulcro de uma atual reproblemática consiste em esclarecer melhor quais são as modalidades, além das causas, pelas quais aconteceria a mencionada progressão, do inconsciente ao consciente, além de nos perguntarmos quanto do que observamos no desenvolvimento das crianças se mantém dentro da estrutura mental adulta, e que assim sendo se justifique a reconstrução que dela costumamos fazer na análise. Mais detalhadamente, podemos colocar-nos as seis perguntas seguintes:

- 1) O fato que exista uma forma de exploração, como a tradicional freudiana, ainda hoje fulcro das análises dos adultos, significa necessariamente que o percurso explorativo ao revés corresponda a um processo psíquico contínuo que devemos conceber como procedente do inconsciente para a consciência?
- 2) Se pensamos que assim é, não deveríamos rever melhor as razões (ou, ainda melhor, as causas) pelas quais postulamos uma dinâmica psíquica que procede do inconsciente?
- 3) Este inconsciente reconstruído através da nossa via de exploração é aquele que verdadeiramente regula a conduta e o desenvolvimento do indivíduo?
- 4) Quem sabe hoje não temos outras vias de exploração, além das tradicionais análises dos adultos, que nos permitem observar mais diretamente, em statu nascendi, este inconsciente? Refiro-me aos vários procedimentos de observação oferecidos pelos novos settings psicanalíticos da análise de grupo, da análise de crianças e, mais ainda, das observações psicanalíticas da relação gestante/feto (ecografia) e mãe/recém-nascido (observação de bebês).
- 5) Estas outras vias de exploração levam-nos à mesma concepção de inconsciente que herdamos da tradição?
- 6) Até que ponto damos como intrínsecas da natureza "psíquica" certas estruturas – como as que encontramos nos nossos pacientes "tradicionais" – ao invés de considerarmos se, como, quando, ou mesmo não teriam sido estruturadas durante o primeiro desenvolvimento infantil?

Freud explica a "progressão para o inconsciente" com a teoria da libido: o fluxo energético encontra o obstáculo da remoção, e esta parece, mesmo com muitas distinções, ligada sobretudo à frustração imposta aos instintos pela realidade. Este último aspecto evidencia-se mais em alguns epígonos de Freud. A energia contrária da remoção bloqueia o fluxo, a descarga compulsiva. Os instintos alcançam a consciência somente através de "derivados".

Hoje temos a certeza deste modelo? Temos a certeza de que é assim? Ou, pelo menos, de que é este o melhor modo de entender como se desenvolve a mente? Se dermos valor explicativo a este modelo, supondo que realmente é assim (valor explicativo de uma teoria científica), devemos sem dúvida responder que não. As supostas cargas energéticas que Freud desejava descobrir pela bioquímica no futuro (Freud, 1882-95; p.347; 1901; p.394 sg.; 1905, p.479 sg.; 521 sg.; 524 sg.; 1906, p.223 sg.; 1914, p.448; 1915, p.21; 1915-17, p.478) não se comprovaram. Se, por outro lado, esquecendo a veracidade explicativa, limitamos o valor da teoria a um simples "modelo", válido como tal somente em nível descritivo e heurístico, também aqui temos algumas dúvidas. Muitos autores refutam explicitamente a utilidade do modelo energético e, com isso, a teoria estrutural de Freud, a "Bruxa Metapsicologia" (Fabozzi, Ortu, 1992; Imbasciati, 1998a, b; Klein G., 1976; Gill, 1976; Eagle, 1984).

Alguns propuseram uma psicanálise sem psicodinâmica (Schaefer, 1975). E, por outro lado, as atuais diretrizes, tanto as inspiradas em Bion, por exemplo, quanto aquelas, geralmente, relativas à análise infantil ou às patologias graves, parecem procedentes, sem que se revele a utilidade de uma referência ao modelo compulsivo.

Não poderemos, então, reorientar a pergunta inicial de Freud? Por que razões devemos nos perguntar "por que o inconsciente"? Quem sabe supomos que a mente deveria ser toda consciente? Isto era o que supunham os contemporâneos de Freud, e por

esta razão, hoje histórica, ele fez muito bem em colocar o problema a partir daquela pergunta. Mas hoje, no atual estado das ciências psicológicas, quando ninguém mais defende a primazia da consciência, não poderemos, com maior utilidade, nos perguntar “por que jamais a consciência”?

Com o objetivo de ilustrar a utilidade da pergunta, vamos considerar mais detalhadamente o desenvolvimento infantil. Quando, para esse, se pode começar a falar de consciência? Somente progressivamente e lentamente. A concepção energética freudiana do inconsciente parece nos levar a pensar na consciência como uma dimensão categórica (a não ser para depois falar de pré-consciência) mais do que como um continuum. A concepção tópica persiste e nos encanta pela sua simplicidade, mas, quem sabe, nos desvia da estrada. A criança torna-se consciente muito lentamente, no segundo ano de vida, paralelamente com a linguagem. Mas não estamos completamente certos de que isto aconteça com o surgimento da linguagem. Certamente a simbolização verbal parece abrir a via para um primeiro conhecimento de si, mas quem sabe podemos encontrá-la até antes e depois independente da linguagem.

E não seria melhor usar o termo conhecimento (Imbasciati, 1989), ao invés de consciência, com todas as suas ambigüidades (a aceção de consciência moral) e a áurea antipsicanalítica?

Quando se entende que a criança “entende” o que adquiriu? Ela possui “símbolos”? Podemos chamá-los proto-símbolos. Quando, por exemplo, a criança se dá conta que existe o objeto que lhe esconderam, tem uma representação. Podemos pensar que seja “consciente”? E podemos chamá-la “representação”? Certamente a representação que a criança tem do objeto desaparecido (os psicanalistas falam, em termos afetivos e, para épocas ainda mais precoces, de “objetos ausentes”) não é igual àquela que teve o adulto.

Retornemos ainda mais. Quando a criança aprendeu a chamar a atenção com certos lamentos, ou a entender o chamado do adulto, o que adquiriu? Uma representação sonora? Podemos chamá-la “consciente”? Se acompanhamos o desenvolvimento infantil, a consciência nos aparece como um verdadeiro continuum, desde uma dimensão zero, difícil de estabelecer (ao nascer ou antes ainda?), por milésimos, até chegar-se a algo que claramente revele o caráter consciente. Não nos parece uma qualidade do psíquico, mas, mais exatamente, uma tonalidade, uma cor, por assim dizer.

Mas, antes de prosseguir falando sobre o desenvolvimento dos recém-nascidos, é necessário esclarecer o que se considera representação.

2. Representações e processos de simbolização

Geralmente atribuímos ao termo o conceito que se refere à representação que pode ter o adulto: representação consciente ou, pelo menos, ligada à consciência, adequada ao objeto real, adequada à específica sensorialidade (visual, sonora, motora, etc.). Tal conceito é apto para definirmos as simbolizações que adquire um recém-nascido ou uma criança? Quem sabe estas são homologáveis àquelas, mas nem um pouco iguais. As representações da criança nunca são adequadas à realidade e muitas vezes estão misturadas nas várias sensorialidades confundidas entre si, resultando mais comparáveis com as sinestésias obtidas de forma experimental que com as percepções no verdadeiro sentido. Também é assim com as percepções: na criança (mas também no adulto, como, a partir dos anos 30, os experimentalistas demonstraram) ela nunca é adequada. A percepção não é um processo automático ligado ao funcionamento neuro-sensorial. Os estudos de perceptologia indicam como é um processo “ativo”, que pressupõe funções propriamente mentais e adquiridas, em especial o fato de adquirir uma estrutura funcional que seja capaz de “ler” o input neural em relação a engramas de reconhecimento; estes também devem ser adquiridos. Voltaremos outras vezes a este tema.

Os vários autores, psicanalistas e não psicanalistas, definem de forma diferente a representação. Para uma resenha sobre o argumento veja-se Fraiberg (1969) e Taylor (1987). Neste trabalho farei alguns breves comentários a respeito. Werner e Kaplan (1963), por exemplo, falam de proto-símbolos, que “apresentam” significados, e de simbolizações verdadeiras, que “representam” tanto objetos quanto significados. Os psicanalistas geralmente insistem em ressaltar que os “objetos internos” não são representações de nenhum objeto real. Mas Money Kyrle (1968), justamente, e de forma pioneira, ressaltou como os objetos internos servem à criança para representar-se o mundo. Então esses objetos têm um valor de representação e, portanto, cognitivo. Existe um continuum entre os objetos internos e as verdadeiras representações? Veja-se a respeito disso meus trabalhos anteriores (1991, 1994, 1998a). Sempre com alguns exemplos, Blum (1978) enfatiza como os objetos transicionais constituem uma fase inicial da simbolização: eles são a apresentação dos objetos internos e, ao mesmo tempo, percepção – e representação – de objetos reais. As representações pré-simbólicas tornaram-se, em seguida, representações. O objeto transicional é um objeto percebido e representado como real e, simultaneamente, fica inscrito na mente como se fosse um objeto interno; então é uma transição entre as representações pré-simbólicas e uma representação efetiva? Então o objeto interno comporta uma proto-representação? Existe um continuum entre objetos internos, objetos transicionais (mesmo aqueles menos evidentes e menos estudados) e as representações adequadas à realidade?

A maior parte dos autores, psicanalistas, define a representação baseada no fato de que a criança vive o objeto como se estivesse separado do eu. Mas isto não implica, por si só, em uma representação *sensu strictiori*, como acontece com o adulto, mas sim refere-se a algo que mais facilmente pode ser enquadrado em termos afetivos como “vivido”, exatamente. Mas até que ponto o “vértice afetivo” oferece um esclarecimento útil? Podemos afirmar que a vivência facilitará, quem sabe em uma etapa sucessiva, a representação? Mas não são exatamente estas vivências que servem para a criança representar para si mesma o mundo? Obviamente de maneira muito distorcida, – basta pensar nas situações persecutórias da posição esquizoparanóide – é como o adulto consegue representá-lo para si. Então, são ou não são representações? Pode-se, da mesma maneira, falar de representações, quando a criança consegue “representar para si mesma” aquilo que chamamos de objeto ausente? Quando se fala em representações de objetos, o que se entende sobre a representação no sentido mais tradicional? E Anna Segal, que tipo de representações diferentes ela subentende, quando fala (1957, 1978) de equações simbólicas mais que de equivalências?

Vamos voltar ao nosso recém-nascido, ainda mais no início do seu desenvolvimento. Quando ele “reconhece” um objeto que lhe mostram, parece ter uma representação visual que lhe permite esse reconhecimento. É uma representação efetiva? Esta pista mnêmica é adequada para as qualidades formais do objeto? Ou, quem sabe, se trata de um tipo de representação do objeto, mas totalmente inadequada para aquelas formas, de modo que se torna difícil para o adulto imaginar o quanto seja disforme ou lábil? E ainda: quando uma criança mostra que se tornou capaz de pegar (intencionalmente, não pelo reflexo de pegar) e manter na mão um objeto, o que adquiriu? Um esquema motor, digamos. Piaget falou de inteligência sensomotora. Podemos chamar este algo que ela adquiriu de representação? Independente do fato de a criança ter alguma representação daquele objeto, devemos convir que, mesmo assim, ela adquiriu uma pequena parte dos movimentos coordenados necessários para pegá-lo. Esta pequena parte de um *pattern* motor pode ser chamada de representação? Certamente estas “proto-

representações” não podem ser consideradas conscientes.

Mais ainda, quando a criança aprende o controle esfinteriano, o que está adquirindo? Quando aprende a engatinhar, não é porque estabilizou na memória um esquema seqüencial daquelas coordenações de vários setores musculares que antes não podia usar? Esta é uma representação? Obviamente não é consciente. Todo o desenvolvimento da motricidade procede através de aprendizados. As vias neurais já estão todas maduras nos primeiros dias após o nascimento, mas não é este amadurecimento que determina o desenvolvimento; este ocorre através de um aprendizado funcional. Por isso se chama psicomotor. Então é necessário que a mente construa dentro de si as bases correspondentes. Mesmo estas podem-se dizer representações? E ainda, nas primeiras semanas de vida, quando o recém-nascido aprende a seguir o olhar dos outros, o que adquiriu?

O excuro que prospectei sobre os precursores da representação entendida *sensu strictiori* o que nos diz do surgimento do conhecimento e, em um quadro de ressystematização teórica, a respeito do continuum entre o inconsciente e a consciência? As observações relativas a recém-nascidos e crianças normais não parecem indicar travas ou bloqueios concebidos a partir do modelo da remoção, que se oporia ao *vis naturalis* de um desenvolvimento baseado em uma “natureza” (que chamamos de instinto ou compulsão?); ao contrário, quantas dificuldades para progredir utilizando a experiência na criação de novas funções, de novos símbolos! Ou de novas funções simbolopoeéticas, isto, é funções que permitem processos de simbolização ainda mais articulados. E já não é a inscrição, na mente, de tais novas funções, por si só, um novo símbolo? As dificuldades que observamos no desenvolvimento aparecem mais como dificuldades em desenvolver-se que como dificuldades para o desenvolvimento. E um desenvolver-se de uma certa maneira que, eventualmente, definiremos patologicamente, mais do que outro, que, na enorme variabilidade entre os indivíduos, julgaremos como parte da norma.

Vemos então que o que era inconsciente, isto é, indiferenciado, parece articular-se progressivamente, assumindo maior clareza, melhor, ficando mais adequado à realidade, ou seja, à possibilidade de desenvolver “operações inteligentes”. Tudo segundo a perspectiva, antes citada, por aprendizagem, em vez de uma retrospectiva análoga à que “descobre” o desenvolvimento inconsciente partindo da introspecção adulta consciente. O que é a consciência, então? Por que e como se chega a ela? Ou antes, com que modalidades e variabilidades entre os indivíduos se chega ao que o adulto sente como introspecção consciente?

Vejamos, ainda, alguns precursores do pensamento na criança com menos de um ano. Quando ela aprende, com os gestos ou com a mímica, a expressar algo, o que adquiriu? Um tipo de representação, tanto do seu estado interno quanto do modo de expressá-lo em um *pattern* (motor, sonoro) que possa ser “lido” pelos cuidadores? Sobre isto existem todos os estudos de Brazelton (1990) e aqueles, ligados à psicanálise, de Lichtenberg (1989). Quando a criança aprende as conexões entre as coisas (objetos primeiro, depois fatos), parece adquirir uma certa representação precursora da causalidade, algo que antecipa a aquisição verbal dos verbos, isto é, uma representação pré-verbal não só dos objetos – por exemplo, a que ocorre no reconhecimento destes –, mas dos verbos, ou seja, das conexões entre as coisas. A ação é antes de tudo concebida como simples conexão e esta quase sempre é reversível: como e sou comido. Só sucessivamente se adquire o sentido da transitividade, isto é, uma capacidade de distinguir o ativo e o passivo. Sabemos que isto é correlacionado com a separação eu – objetos.

Como chamamos a todos estes símbolos? Esquemas adquiridos? *Patterns*? Representações? Funções de simbolização?

É necessário refletir como, na maioria das vezes, pensamos na simbolização somente para os estágios mais evoluídos e não para certas funções primitivas que nos parecem mais intrínsecas, quase ontologicamente, para a mente, do que adquiridas. Por exemplo, quando Bick trata (1968, 1975) da necessidade de adquirir uma elementaríssima idéia de um espaço para poder se sentir contido e, então, conter uma primeira idéia de um eu (e depois de uma mente), quem sabe não nos fala de uma primeira aquisição simbólica? Paradoxalmente trata-se de uma aquisição que permitirá uma primeira simbolização de um eu. Quando Bleger (1967) se refere ao “núcleo aglutinado”, nos introduz na descrição de uma experiência muito primitiva (anterior à posição esquizoparánoide) sobre a qual estamos trabalhosamente construindo as bases para as primeiras simbolizações. A conclusão, de que nos falam ele e outros autores com outros termos e conceitos, nos diz que, para que possa nascer um aparelho mental, é necessário uma primeira diferenciação de um “dentro” e de um “fora” (que, a seguir, nos permitirá aquela entre o eu e o não-eu e, ainda depois, aquela entre o eu e um “objeto”). Mas esta primeira diferenciação, que acontece em um estado indiferenciado, não é ela mesma uma aquisição que devemos chamar de simbolização?

Assim também a descrição de Winnicott a respeito da transformação do *holding* materno em um espaço que é assumido como próprio (antes com o corpo e depois mentalmente) pela criança e que lhe servirá para sentir-se contida, para ter limites (e depois um eu), nos fala das primeiras aquisições que, ainda que chamemos de pré-simbólicas, não podem ser excluídas do que, com um termo mais amplo, chamamos de simbolopoes, ou, pelo menos, início da simbolopoes. Geralmente todos os estudos de psicanálise infantil (gostaria de citar aqui os trabalhos de Ferro, 1966, e de Vallino, 1990) mostram-nos, através da descoberta da falta (patologia do déficit) de alguma capacidade muito elementar, como, no início da vida mental, não existem as diferenciações que são os pressupostos sobre os quais podem se desenvolver processos simbólicos. Mas não são elas próprias, estas diferenciações primárias, aquisições de funções da experiência (corpóreo-relacional), ou seja, processos de simbolização primordial? Este uso impróprio do termo *cisão* não é talvez o uso indevido de um modelo *adultomorfo*?

E, para concluir o título do parágrafo, o que aprendemos com a psicanálise infantil, com a observação do recém-nascido, com a observação do feto (Negri, 1993) não nos diz algo sobre a representação em uma época anterior àquela em que podemos falar de objetos internos? Mesmo assim estamos acostumados a considerar que as representações dos objetos seguem, no processo evolutivo, a formação do objeto interno. Nesta situação o que acontece com o conceito original de inconsciente? E que sentido tem falar de compulsões e remoções?

3. A cadeia dos significantes

Independente de como nomeamos todas as diferentes simbolizações de que falamos brevemente, começa a formar-se um modelo de base: um aprendizado (da experiência, entendamos, e não um expressar-se passivo dos fatos externos na mente¹ e, acrescentamos, aprendizagem racional) produz uma aquisição que torna possível ainda um aprendizado ulterior específico (condicionado pelo primeiro); uma função que simboliza permite conceber ainda uma outra. Como chamamos estas aquisições? Se a palavra representação parece restritiva, podemos chamá-las significantes. Começa, então, a surgir uma cadeia, progressivamente articulada e ramificada (quem sabe em rede) de significantes. Também podemos chamá-los de vivências, mas, creio que, com este termo, não levaremos em conta o fato de que estes têm a função de significadores – significantes, então – para significar a realidade; ou melhor dizendo, têm a função de unidades de leitura que permitem à estrutura funcional a

leitura da multiplicidade dos inputs recolhidos e transmitidos pelas vias sensoriais; uma leitura, cabe acrescentar, que é em função da qualidade das unidades de leitura significantes que possui naquele momento a estrutura funcional; leitura que, portanto, não corresponde necessariamente ao que chamamos de leitura do real. Por outro lado, sem uma leitura feita por algum significativo, os inputs permaneceriam sem nenhum significado e não poderiam nem ser memorizados. Os potenciais ativados nos receptores perdem-se na rede neural.

Muitos autores (não psicanalistas) falam da aquisição de esquemas cognitivos. Eu acho que poderíamos chamá-los também de proto-representações, para unificar o conceito de aquisição de esquemas funcionais com aquele de aquisição de representações que nos representam os objetos da realidade. Naturalmente, usando o termo representações, devemos levar em conta que serão representadas, na mente, não somente formas de objetos concretos, mas formas de operações, esquemas operacionais, ou cognitivos como queiramos chamar; quem sabe, também podemos dizer, sinais funcionais de “operações inteligentes”, a não ser em referência aos sinais daquelas funcionalidades avaliadas como patológicas. Para todas estas aquisições também é necessário pressupor sinais mnêmicos correspondentes (conforme a nota 1 precedente). Tudo em uma progressão, portanto uma permite constituir uma outra. Constituir ou construir?

Prefiro o segundo termo (1998), para ressaltar o processo ativo, de autocrescimento das funções mentais: a mente como construção progressiva de símbolos sempre mais complexos, simbolopoesis, no sentido que a aquisição de um símbolo torna possível a gênese – a poiesis – do próximo e condiciona a qualidade. Neste quadro, como colocamos o inconsciente? E a consciência? Ou melhor, como os concebemos?

Quando se fala de objetos internos, onde os colocamos no quadro acima mencionado? Diz-se que os objetos internos não são representação de nenhum objeto real. Mesmo assim eles têm um valor de representação, servem à criança para representar “de certa forma” o mundo, o seu mundo. Penso que seja muito pouco heurístico catalogar como “afetivos” os objetos internos, separando-os de tal forma do que sabemos sobre as representações como funções cognitivas. Não podemos mais, no atual estado das ciências psicológicas, separar afeto e cognição, a não ser para permitir uma reificação da concepção freudiana de libido e de compulsão consideradas como “energia” e, então, vistas quase como “substância”, do tipo afetivo, que distinguiria o afeto da cognição e que interviria no desenvolvimento cognitivo, de outro modo preestabelecido biologicamente. Esta concepção é, quem sabe, influenciada pelo pensamento de Freud? Um desenvolvimento cognitivo ligado ao biológico, modulado pela energia compulsiva, dependendo de que a experiência do real frustrar ou permita a descarga instintiva? Ou, quem sabe, esta é uma falsa concepção pós-freudiana que se difundiu entre os psicanalistas?

Penso que deveríamos esclarecer melhor as dispersas, mas muito numerosas, descobertas que em cem anos de psicanálise foram acumuladas, esclarecê-las em uma sistematização mais orgânica e compará-las com aquelas de outras ciências psicológicas. A experiência não é exatamente um filtro colocado pela realidade em um fluxo biológico, a experiência é uma oportunidade que permite a organização dos inputs numa “construção” de estruturas mentais. Aprender através da experiência significa que um conjunto de funções, adquiridas em um certo momento², permite um certo tipo de aprendizado, através da própria experiência. A grade bioniana é ligada a uma concepção de construção progressiva de funções. E provavelmente podemos assumir que a diacronia do desenvolvimento infantil permaneça e se repita na sincronia do funcionamento mental evoluído. Então a consciência se prospecta como uma dimensão que surge gradualmente, direcionada ao terminal, por assim dizer, dos processos simbolopoéticos.

O inconsciente, então, estaria nos significantes com forma menos definida, menos diferenciados, nos quais podemos imaginar menos ramificada e menos diferenciada a articulação das diferentes cadeias simbólicas. Se, porém, considerarmos útil adotar este modelo de uma simbolopoesis progressivamente diferenciada, articulada, ramificada, desde os significantes mais disformes a outros mais “formatados”, configuramos o inconsciente como a própria simbolopoesis, pelo menos na maior parte de sua extensão. Podemos, então, nos perguntar o quanto esta palavra – inconsciente – não possa – e não deva – ser reformulada.

é apropriado usar a palavra inconsciente como substantivo? é útil usá-la como adjetivo qualificativo, ou qualitativo? é oportuno usá-la assim freqüentemente, quase um deus ex-machina como às vezes fazemos, para indicar os processos internos mais indiferenciados? Quem sabe mais primitivos? Não seria mais útil servir-se mais de termos como “vivências” (primárias) e indicar mais simplesmente “processos”, “funções”, “engramas”, ou outros? Não se prospecta, no quadro apresentado, uma nova visão de inconsciente? Ou melhor, não existe mais a necessidade histórica de ressaltar, como no tempo de Freud, o desconhecimento do mental. Devemos, portanto, nos interrogar sobre como conceber e melhor descrever, de um lado, o desenvolver-se de uma “mente” e, de outro, o conhecimento. Ou melhor, quanto e como é mais útil descrever, no desenvolvimento, aquelas características ou aqueles fenômenos que parecem fazer chegar ao indivíduo o que até agora denominamos consciência. Creio que ainda se deve indagar muito sobre esta característica tão específica do ser humano. Provavelmente ainda se tem muito para reformular, pretendendo uma melhor compreensão sobre a extrema variabilidade interindividual, que encontramos clinicando, sobre a capacidade do sujeito de ter acesso às suas partes internas.

4. Sinal mnêmico do afeto?

O que é, então, o inconsciente freudiano? Quais conceitos e termos hoje nos são mais úteis? A que inconsciente estamos acostumados na profissão? Ao concebido por analogia ao mundo das “paixões” do adulto, indagadas pelo vértice retrospectivo da primeira psicanálise? A análise é arqueologia ou construção? Freud já se colocara o problema. Se a análise é construção, deveremos considerar não simplesmente a reconstrução que pensamos fazer no trabalho analítico, mas a construção com a qual foi construída originalmente aquela mente. Quem sabe a teoria energético-pulsional nos transtornou. O inconsciente que vemos nas crianças combina com este último enquadramento? Especialmente em crianças com menos de um ano de vida?

Falamos de angústias, mais geralmente de afetos: até que ponto nós usamos estes termos, tomados da clínica do adulto, de maneira imprópria? O conceito de afeto é tirado de uma psicologia da consciência, postulando depois o afeto inconsciente. Em um velho, mas interessante artigo visto no International Journal, Pulver (1971) ressaltava que, para Freud, “affects must be conscious”: o afeto inconsciente é um conceito que Freud derivou por necessidade lógica (indevida analogia da teoria com a clínica?) daquele de compulsão, assim como o inconsciente está, para Freud, indissolivelmente ligado ao conceito de remoção (remoção primária, até chegar a postular) e àquele de energia.

Não obstante Freud, quando nós falamos de afetos inconscientes, fazemos uma inferência: do consciente (do adulto) a algo que não o é e que, quem sabe, com a análise, se tornará. O que distingue o afeto de outros processos mentais é somente a tonalidade diferente, afetiva, portanto, e a introspecção com a qual o adulto vive alguns de seus processos mentais em relação a outros que se apresentam, contrariamente, mais acéticos e simples, como “cognitivos”. Se isto acontece na consciência, o que acontece por trás do conhecimento é realmente de uma natureza que se pode distinguir e determinar como afetiva? E, se a

interferência pode ser útil no atendimento dos adultos, o quanto é oportuno falar com tais conceitos e termos, considerando as crianças? Sobretudo se elas têm menos de um ano de vida. O que são, ao invés, nas crianças pequenas, estes “afetos”? Têm, quem sabe, razão aqueles autores (Plutchick, 1980) que os chamam de esquemas cognitivos primários. O que sabemos, nós adultos, do que experimenta uma criança de poucas semanas para indicá-lo com o termo afeto? é uma analogia adultomorfa, sobre a qual sabemos somente através de interferências e cabe mais nos atermos exclusivamente a estas e, se necessário, aperfeiçoá-las. E mais ainda: por que “experimenta”? O termo se refere a conhecimento, que o recém-nascido ainda não possui.

Certamente o que chamamos afeto é o modo como a criança se orienta no mundo. Tem, então, a ver com a representação? Sobretudo se usamos este último termo em senso lato, ou se usamos (como eu já faço nos meus trabalhos) o termo de proto-representação, ou se ressaltamos o valor representacional dos objetos internos (1991). Pode-se, então, falar de afetos e igualmente de objetos internos em termos de sinais mnêmicos? Se o afeto é uma ligação, se o objeto interno é gerado na relação, quer dizer que ambos têm a ver com um aprendizado através da experiência. São, então, aprendizados; terão, pois, um “sinal”. O afeto aprendido!? O sinal do afeto!? O objeto interno aprendido!? Isto pode com frequência espantar muitos analistas. Se este espanto acontece, devemos nos perguntar, visto que a lição bioniana, e a de tantos outros autores, aconteceu há um bom tempo.

Ainda existem velhos preconceitos sobre o que seja um sinal mnêmico. Um sinal não é uma impressão fiel da realidade externa na interna, mas sim qualquer modificação das possibilidades funcionais que acontece na estrutura mental após um aprendizado. Tal concepção encontra-se em sintonia com os atuais estudos das ciências cognitivas, combinada com o fato que a memorização acontece segundo um código bioquímico, em contínua metabolização.

As perguntas recém-feitas sobre o modo de conceber os afetos também podem ser usadas no que se refere à angústia. E às “fantasias”. Até que ponto, ao concebermos a “phantasy” kleiniana, transpomos impropriamente a experiência ciente do adulto? é sobre o modelo da “fantasy”, extravagância, que foi postulada uma “phantasy”. Até que ponto este conceito está, além disto, muito impregnado de teoria? Não seria mais útil usar, aqui também, outros termos? Por exemplo, proto-representações, esquemas cognitivos, esquemas operacionais, modos de representar conexões entre objetos internos. Mas, neste caso, deveremos nos acostumar a conceber diversamente o mesmo objeto interno: não tanto como objeto de afetos (os quais, sendo afetos inconscientes, seriam somente derivados lógicos da postulação teórica das compulsões), quanto como representações sui generis, ou proto-representações, diferentes de qualquer representação de objetos reais, e tendo, mesmo assim, na funcionalidade da mente, um importante papel de representação.

Sou levado a pensar que o foco colocado pelos psicanalistas sobre o enquadramento afetivo dos objetos internos, independente de uma devida atenção ao seu valor de representação, possa ser devido ao fato que durante um bom tempo – quem sabe muito – a nossa aproximação à teoria das compulsões tenha sido paralela ao persistir (inconsciente?) de uma idéia de afetividade como “algo” substancialmente diferente dos processos mentais que conduzem à percepção, à representação, ao aprendizado, à memória, em uma palavra, à cognição. Este persistir não é, quem sabe, devido a uma simplista e indevida analogia com a experiência ciente do adulto? Que o objeto interno seja objeto de amor (ou, pelo menos, de afeto) é consequência, não causa, do fato que este seja, assim, importante na elaboração dos processos mentais, ou seja, na simbolopoesse entendida como aqui foi descrita.

é por uma simbolopoesse que se cria a capacidade de amar, não por uma qualquer suposta força natural ou por uma consequência que parece lógica somente para o adulto. Trata-se de uma simbolopoesse muito mais complexa do que a que estamos acostumados a conceber, que faz com que uma proto-representação do objeto se torne objeto de amor. Em certos desconhecimentos, aos quais estamos acostumados, existe, segundo meu parecer, uma aderência excessiva a uma teoria, creio eu, que levou a entender-se erradamente, trazendo prejuízos para a psicologia dos séculos passados.

Pensar que o objeto interno seja, por si só, um objeto de amor (ou, pelo menos, de afetos) significa concebê-lo projetando a realidade do objeto externo (a mãe adulta que ama a sua criança) que geralmente está no centro da experiência que o origina. Mas o amor, no recém-nascido, ou outro afeto são vivências que nós lhe atribuímos “adultomorficamente”. é discutível chamar afetos os fatos mentais que ocorrem com o recém-nascido. Ao contrário, a densidade de significados do objeto interno é devida ao fato que este é uma primeira construção mental (endopsíquica, embora gerada pela experiência) de fundamental importância para todos os sucessivos processos simbolopoeéticos: é a “causa”. Por isso é importante que o analista possa imaginá-la. Atribuir-lhe uma etiqueta de “afetiva” comporta, deixando de lado o adultomorfismo, o risco de colocar em segundo plano o papel cognitivo do modulador para a construção das sucessivas estruturas mentais – inconscientes obviamente. Que depois o objeto interno da criança se torne a base sobre a qual o sujeito construirá sucessivamente a sua capacidade de amar é algo que faz parte da progressiva simbolopoesse, mas não é uma qualidade intrínseca do objeto interno. E que este se torne a base para cada outro fato afetivo do adulto obedece ao princípio geral que cada função adulta se apóia em operações protomentais, aquelas mesmas que se fazem “sentir” quando o adulto “sente” afetos.⁴

Cada conceito, e cada termo, que a ciência com o passar do tempo vai formulando, é necessariamente ligado, ou pelo menos impregnado, de alguma teoria. Um grau de “parentesco” assim deveria ser suficientemente elástico para permitir aos cientistas vislumbrarem novas e mais úteis teorias, abandonando as velhas. Em cada ciência as teorias mudam. São as descobertas que ficam e da mesma forma o método, que, porém, se transforma e se aperfeiçoa. A distinção entre as descobertas, o método e a teoria, que aqui não caberia recomendar (sugiro os meus trabalhos de 1993, 1994, 1998), é de vital importância para o progresso de uma ciência. Na minha opinião, na psicanálise, pelo fascínio da grandiosa obra do mestre, os psicanalistas ficaram excessivamente ligados às suas teorias e conseqüentemente limitados para desenvolverem o método e fomentarem as descobertas e a formulação de novas teorias, que, conseqüentemente, favorecessem seja o método, seja as descobertas. Uma teoria não é nem verdadeira, nem falsa: é somente útil em um certo período de cada ciência. Uma ligação excessiva com as teorias já formuladas impede a pesquisa. Quanto os psicanalistas ficaram prisioneiros da teoria energético-compulsiva? O mesmo discurso também poderia ser dirigido a outras teorizações sucessivas, por exemplo, certas formulações kleinianas.

Se esclarecermos algumas ambigüidades de conceitos, certas diferenças no uso dos mesmos termos e a sua referência teórica, poderemos entender melhor clinicamente alguns fenômenos, ou acontecimentos, mentais, que poderiam ter sido ofuscados pelo uso não claro dos conceitos e dos termos. Por exemplo, poderemos entender melhor, formulando conceitos novos e abandonando (decisivamente!) os velhos, a essência de certas vivências infantis, dos recém-nascidos, que permanecem escondidas, mesmo no adulto. Assim, Bollas (1987, 1992) introduziu o conceito do “conhecido e não pensado” e do “estado de ser”, para nos fazer entender melhor certas situações clínicas dos adultos muitas vezes relacionadas a patologias, se não graves pelo menos pouco acessíveis através de análise, sendo tais análises ainda pouco dotadas de instrumentos idôneos. Muitos autores ressaltaram como se pode especificar uma patologia de déficit em contraposição à clássica, de conflito (seria necessário perguntar se, em uma nova visão como a que estou pesquisando, o conceito de conflito conserva ainda a importância que lhe

demos) e descreveram estados mentais “assimbólicos” (ou pouco simbolizados) e, portanto, inefáveis, impossíveis de exprimir com as palavras que nos adultos descrevem os afetos, difíceis, pois, de captar, pelo analista, a não ser que o mesmo aperfeiçoe a sua capacidade de viver e enfrentar a contratransferência. Quem sabe, fatos mentais como aqueles dos poucos exemplos acima mencionados poderiam ser melhor captados, se contássemos com um vocabulário técnico menos equivocado, com uma evocação mais clara dos conceitos e teorias, permitindo assim uma maior flexibilidade em relação aos esquemas teóricos seguidos até então. Citei Bollas, mas muitos autores poderiam ser citados sobre esta temática, Bleger (1967) e o próprio Bion, entre outros.

Neste quadro, o quanto atrapalha a teoria tradicional do inconsciente? Os mencionados conceitos de Bollas, por exemplo, podem ser enquadrados na visão tradicional do inconsciente e da remoção? Segundo meu parecer, não, porquanto são melhor captados no quadro do desenvolvimento simbolopoético como estou tentando descrever. Noto aqui, como Bollas também afirma (1992 p.72 ed. It.), que temos necessidade de uma “teoria da recepção”, ao invés de uma teoria da remoção, ou seja, como é necessário conhecer as modalidades com as quais as experiências são recebidas, para serem elaboradas e estruturar o inconsciente e como, a respeito do “conhecido não pensado”, devemos nos acostumar a considerar, nas análises, mais que os bloqueios e as remoções, a necessidade, intrínseca dos processos inconsciente, de “fugir de uma consciência prematura” (p.97).

Quem sabe somos prisioneiros das teorias e dos conceitos que, além de não serem mais úteis, são paralisantes, quando se trata da nossa acolhida aos progressos feitos pela psicanálise nos últimos cinquenta anos. Conceitos, além disto, que hoje se encontram superados em relação ao progresso das outras ciências psicológicas. Não existe somente a psicanálise, mas, pelo menos, umas trinta disciplinas psicológicas diversas, que, junto com as neurológicas, fizeram grandes progressos. Já falei brevemente sobre os prejuízos a respeito do conceito de pista mnêmica e fiz uma menção rápida a respeito daquele de percepção que aqui me parece útil retomar.

Permaneceu (nos psicanalistas, quem sabe?) o costume de considerar a percepção como um processo automático, dependente dos órgãos sensoriais e também do amadurecimento neurobiológico. Tais usos hoje se traduzem em um verdadeiro prejuízo anticientífico. A percepção parece automática na consciência do adulto. Na realidade esta é uma leitura de configurações relativas (inputs sensoriais), feita somente quando existem no aparelho mental de quem vai perceber certas funções, que tal leitura torna possível. E é em relação ao tipo de tais funções de elaboração que resulta um certo tipo de percepção. Para que tais funções operem é indispensável que, no “sistema-mente”, estejam disponíveis unidades de leitura correspondentes, ou seja, “certas representações”. Se, como na criança, essas não têm a forma daquelas que permitem as assim chamadas percepções do real (na realidade uma percepção completa e fielmente realista nunca existe, nem nos adultos, como é demonstrado pelos clássicos estudos de perceptologia a partir daqueles sobre as ilusões ótico-geométricas), teremos uma leitura deformada, então uma percepção totalmente diversa, que, porém, não podemos chamar de anormal, enquanto fisiológica e em idade evolutiva e na processualidade interna adulta.

A percepção é um processo ativo, de montagem de todos os inputs, segundo certas configurações “construídas” por funções correspondentes aprendidas progressivamente. Cada uma destas funções depende das precedentes e está conectada às sucessivas, de um modo funcional de “construção” progressiva. Cada função é detectada pela existência de uma pista: pistas de funções, não de objetos; pista de programas funcionais, que operam em sincrônica sucessão em cada ação perceptiva. Em relação às funções que tenham sido aprendidas e em relação às unidades de leitura que tenham sido estocadas à disposição da função, teremos uma leitura diferente dos inputs e, então, uma percepção diferente. Se lembramos deste quadro, temos uma idéia melhor de como os objetos internos descritos pela psicanálise são unidades de leitura para a percepção do mundo. É óbvio que esta percepção é totalmente “inadequada à realidade”, isto é, totalmente diferente daquela do adulto, assim como é óbvio que estas unidades de leitura não são representações da realidade: a leitura resultante é completamente sui generis. Então devemos nos despir do preconceito que diz que perceber significa perceber a realidade e que, quando isto não acontece, algo incomodou ou interferiu nos mecanismos biológicos, gerando a alucinação. Isto que chamamos de alucinação do recém-nascido é o seu modo costumeiro de perceber. O que devemos nos perguntar não é o porquê da alucinação, mas como a criança maior chegará a perceber de forma adequada o real.

Em termos de simbolização, ou melhor, de simbolopoesis, a capacidade de percepção é uma aquisição progressiva de símbolos e de modalidades de processá-los em relação aos inputs: é então adquirida, progressivamente, uma capacidade de fazer certas montagens, isto é, de ler de modo correspondente representações que servem como significantes para outros tantos significados, a miríade de inputs das mais variadas sensorialidades. Uma “análise da percepção” mais detalhada (veja outros trabalhos meus: 1994, pp-384-387; 1998, pp-47-52 e 86-89) pode ser útil, não somente como integração teórica entre psicanálise e outras ciências psicológicas, mas também, a meu ver, para a própria clínica psicanalítica. Sobre tudo pela compreensão de muitas patologias infantis, dos déficits intelectuais não orgânicos e, em geral, para todas as patologias ditas de déficit, mesmo nos adultos. Diz-se que as patologias de conflito estão desaparecendo na população atual dos pacientes, com o crescimento das patologias de déficit, ou que, de certa forma, a patologia dos pacientes está mudando. Mas estamos certos de poder falar de “quem sofre”, mais do que de “quem não consegue”?

Ou seja, falar de quem não conseguiu construir um funcionamento mental suficientemente comparável a quanto encontramos em outros, ou, pelo menos, a quanto seria desejável ou bom. Acho que uma visão construtivista da mente pode não ser simplesmente integrada por outras ciências psicológicas, mas também fundamentada em um modo especificamente psicanalítico. Em meu último texto, “Nascimento e Construção da mente” (1998), fiz esta tentativa.

5. O inconsciente como “simbolopoesis”

Pela perspectiva que tentei delinear, simbolopoesis parece ser o inteiro desenvolvimento mental, o construir-se progressivo de uma estrutura funcional capaz de elaborar, de modo específico para cada um, a experiência. Uma tal construção aparece com maior evidência, quando se consideram os primeiros dois anos de vida, mas mesmo assim subsiste, mesmo nos anos sucessivos, por toda a vida do homem, até que o exercício do pensamento gere outras capacidades de pensar. Poderíamos dizer que simbolopoesis é o desenvolvimento do intelecto, sendo o que até o momento chamamos de desenvolvimento afetivo a base da inteligência, base condicionante, da estrutura da qual dependerá a qualidade da construção de todas as sucessivas. Isto, não porque os afetos modulariam um processo que de outra forma seria predeterminado organicamente, como no fundo parece levar a pensar a formulação enérgico-compulsiva, mas sim porque os afetos são as primeiras construções de funções mentais, as primeiras a serem aprendidas e a servirem de estrutura para as sucessivas. Destas depende o que, da experiência, será usado para a construção de todo o sistema-mente.

Creio que possa ser útil para os psicanalistas falar de inteligência – e melhor seria, quem sabe, reintroduzir o velho termo intelecto – sob um novo vértice, diferente daquele antipsicológico, do qual inevitavelmente falava Freud. Não existe motivo para

separar afeto e cognição; a distinção é relevante somente na consciência, lúcida, de um adulto e, muitas vezes, é necessário que este adulto seja suficientemente culto para notá-la. Então ela aparece como distinção, por vezes espúria, de dois epifenômenos distinguíveis somente em certas condições, quem sabe dependendo de que cadeias de significantes estejam prevalentemente operando, se aquelas mais “básicas” (diremos funções mais primitivas ou indiferenciadas?), ou aquelas mais sofisticadas.

Não existe pensamento consciente sem pensamento inconsciente, nos diz Bion, nem para o cálculo algébrico como sugere a sua grade. Apliquemos profundamente esta instituição! O inconsciente, então, é o próprio pensamento humano, pelo menos na sua essência, e todo o pensamento é simbolopoesia, então este é todo o inconsciente. Em algum “terminal” de alguma cadeia simbolopoética, surge de algum modo a consciência. Quem sabe com ela cessa a simbolopoesia?! Quem sabe esta serve para ver, retrospectivamente, algum resto da simbolopoesia que percorremos. Quanto mais tivermos presente que o nosso pensamento, a nossa própria mente, são inconscientes, menos teremos a necessidade de usar o adjetivo “inconsciente”. Quanto ao que chamamos de consciência, se tivermos conhecimento do quanto funcionamos sem estarmos cientes dela, tanto menos teremos necessidade de nominá-la.

Podemos novamente nos perguntar por que surge a ciência do fato: ela é o instrumento que permite ao ser humano refletir sobre si mesmo, “olhar-se”. A pergunta sobre como ela surge pode, por outro lado, nos levar a indagar melhor sobre a progressão simbolopoética. Existem sujeitos capazes de olhar dentro de si, outros que se revelam quase completamente incapazes de fazê-lo. Já falei do conceito de alexitimia e nos referimos a sujeitos muito “na defensiva”. Poderemos questionar melhor a natureza das defesas, se, abandonando os esquemas teóricos comuns, houvesse a possibilidade de enquadrá-los na perspectiva das cadeias simbolopoéticas. Para alguns indivíduos a capacidade de olhar para si próprios é setorial: uma pessoa pode ter grandes capacidades introspectivas, mas ser cego e surdo para algumas das suas áreas. Definimos estas áreas como cortadas. O que aconteceu no desenvolvimento simbolopoético? Pode esta interrogação nos levar a formular de modo diferente o conceito de cisão e, mais em geral, o de defesa?

Este conceito liga-se, de fato, a uma concepção dinâmica dos afetos. Defendemo-nos com uma força contra uma outra força que nos ameaça, estamos próximos de assumir o conceito de força como básico. Estamos, pois, em psicodinâmica e, portanto, no modelo pulsional. Como teoria explicativa, aquela energético-compulsiva permaneceu sem ser demonstrada. Ela ainda nos é útil como modelo heurístico? Como metáfora para a clínica? No modelo existe sempre a idéia de “forças” em oposição entre si; esta idéia é útil na nossa profissão?

Temo que, chegando a este ponto, alguém possa exclamar: “Em suma, se cassarmos os conceitos de conflito, de defesa, de remoção, o que sobra da psicanálise?” E mesmo assim, a psicanálise é, depois de cem anos, muito mais que o conjunto destes conceitos aos quais somos tão afeiçoados. Falar de ruptura dos princípios fundamentais da psicanálise, como por vezes ouvi, soa, então, como anunciar uma heresia. Há décadas, ilustres autores, depois de terem criticado a teoria pulsional, propuseram uma “psicanálise sem psicodinâmica” (Schaefer, 1975). Veja a respeito a bela matéria elaborada por Fabozzi e Ortu (1996).

Vamos tentar considerar o que até agora enquadrámos como conflito, defesa, remoção e também ruptura em um quadro diferente: naquele da simbolopoesia como aqui foi descrita. Nas cadeias e nas redes dos significantes nas quais cada um destes gera outros (poiesis), podem-se encontrar transformações que aumentam o poder significativo – de certa forma, então, o “sentido” do sistema –, a sua eficiência, a sua continuidade, a sua capacidade de produzir outros símbolos e outras que, ao contrário, diminuem o sentido, que o confundem, que pervertem os significados com significantes aparentemente contínuos, que criam fraturas, hiatos, contradições, diminuições de ritmo, paradas e isto em todo o sistema da significação interna. Isto parece pouco para os psicanalistas? Os ratos enlouquecem, se colocados dentro de um sistema contraditório. Por que os homens não deveriam enlouquecer? A contraditoriedade esquizofrenogênica na comunicação interpessoal, sobre a qual muito escreveram os autores da Escola Sistêmica e, por vezes, até alguns psicanalistas, o contraste entre mensagens opostas (mensagens e metamensagens) de que fala a Pragmática da Comunicação Humana, são altamente patógenos. Quando, segundo o meu parecer, cultivam e contagiam uma potencial contraditoriedade interior, interiorizada no desenvolvimento das cadeias e das articulações da progressiva simbolização, elas introduzem “mentiras” na simbolopoesia, zonas isoladas da rede de comunicação intrapsíquica (rupturas), que fazem entrar em crise aquele enorme e maravilhoso computador que é o Sistema-Mente. Estes “defeitos” na construção simbolopoética, ou seja, na estrutura mental, podem fazer com que partes inteiras do sistema fiquem pouco evidentes, permaneçam isoladas, ou desapareçam, como se em um computador fossem destruídos programas inteiros, que aconteçam eventos que podem ser definidos como implosões, autocanibalismo (termo usado por Bollas), ou, segundo a expressão introduzida por mim (1981), e que continuo a usar, de autonomia.

Creio que poderemos deixar de lado o conceito de remoção. Este parece exclusivamente teórico e, além disto, ligado a uma teoria que não é mais útil. Resistência é, ao contrário, um conceito clínico. Os de conflito e de defesa aparecem no meio do caminho entre a clínica e a teoria. Com um enquadramento teórico diferente, não poderemos concebê-los como contradições do sistema de significação? E a defesa, ou melhor, se nos limitarmos à prática, a resistência não pode ser concebida como a intrínseca dificuldade de uma construção mal-feita que precise de “reforma”?

Eu já recordei como Bollas ressaltou, na análise do conhecido não pensado, a necessidade para o paciente de “eludir uma consciência prematura” e de experimentar antes novos estados de ser. Então a consciência não é aquela estrutura que se alcança, se retiramos os obstáculos que imaginamos com a teoria da remoção. A construção simbolopoética que estamos fazendo com a análise deve respeitar a sua evolução gradual, começando pela construção das estruturas mais elementares. É impossível saber (ou isto é falso!) se as várias passagens anteriores a esta são descontínuas ou mistificantes e não se pode chegar a observar o conhecido não pensado, se antes não se construiu, através da reexperimentação de estados de ser, um espaço interno para pensar. E este espaço tem pouco sentido classificado como inconsciente. A necessidade de eludir uma consciência prematura indica, para mim, o fato intrínseco da progressão simbolopoética, que cada significante construído deve estar em continuidade com o precedente e com os sucessivos. Ou então poderemos ter aquelas análises em que o paciente parece ter aprendido todos os insights possíveis com palavras, mas, infelizmente, não muda. A falta de continuidade e as contradições constituem e explicam a patologia, assim como falsas passagens, verdadeiros saltos na progressão simbolopoética estão na base de certas patologias, perversas, ou de um falso eu, ou hiatogênicas da análise. Quem sabe a noção de contraditoriedade dentro do sistema de significação, ou a de interrupção, de “buraco”, de vazio, nos parecem insuficientes para entender certos fatos patológicos, porque as comparamos com o mito fascinante das forças infernais* (infernais, não simplesmente internas, pois inferna em língua italiana significa infernal) personificadas pelas compulsões. Creio que tal subavaliação das incongruências seja devida ao fato que a mente adulta (relativamente “sã”) está acostumada a intelectualizar a contraditoriedade, a esterilizá-la, separando-a da vivência. Quem, por outro lado, a vive sem perceber é exatamente quem está psiquicamente mal: o indivíduo patológico, que, muitas vezes, também é logopático, ou seja, – limitando-se ao étimo – sofre porque não pode nos dizer o quanto sofre. Conseqüentemente temos dificuldade de entendê-lo, ainda mais se não estamos

suficientemente equipados.

O que inferimos como conflito pelo tratamento é, quem sabe, o nosso modo mais fácil e tradicional de dar forma compreensível à contradição dentro do sistema protomental. Presumir o desenvolvimento mental como simbolopoesia e o funcionamento mental como atividade do sistema de significação instituído nesta, quer dizer, segundo o meu parecer, dispor-se a escutar, entender, inferir, seguir as articulações dos significantes, daqueles protomentais, sobretudo, e de vislumbrar as passagens de uma “má construção”. Quer dizer, segundo penso, enquadrar por que a capacidade de um indivíduo de olhar para dentro de si pode ser tão variada, diferente, descontínua. Digamos pelo velho modo: “entender os meandros do inconsciente”. Através da resistência? Usando um conceito mais abrangente, apropriado ao nosso quadro, como aquele por mim denominado “permeabilidade intrapsíquica” (1983), poderemos reformular a resistência como dificuldade, maior ou menor dos indivíduos, de serem impermeáveis ao fato de que os significantes mais diferentes entrem em contato com os sucessivos. Os tipos de progressão simbolopoiética podem originar a construção de sistemas nos quais cada significante tem continuidade, quase contato, com os sucessivos e outros, ao invés, nos quais existem fraturas, descontinuidade, segregações, reviravoltas de significado. Creio que entre estas duas polaridades se encontre o grau com o qual o indivíduo pode ser mais ou menos, ou setorialmente, permeável, ou seja, capaz de olhar para dentro de si e, em contrapartida, o grau com o qual o analista pode ser permeável e, nesta medida, ajudar o paciente a se tornar, ele também, mais permeável. Isto acontece na medida em que o analista tem a sua disposição bagagem suficiente e idônea para entender melhor que o paciente a impermeabilidade, quer dizer, a captar as passagens da simbolopoesia nas quais o paciente “não conseguiu”, nas quais ele “sofreu” e pelas quais ele se tornou “logopático”.

Do ponto de vista do paciente, por capacidade de olhar para dentro de si (olhar, digo, não ver) entendo não tanto o tornar-se ciente dos significados dos quais antes não o era (esta é, se for, uma “construção” posterior, que, por outro lado, sempre corre o risco de ser de condescendência verbal com as “palavras” do analista), quanto de aumentar a sua comunicação intrapsíquica de que não tem ciência. Trata-se de algo que eu colocaria ao lado do que Bollas (1992) chama de “elaboração do idioma”, referindo-o ao “estado de ser”, que pode ser captado pelo analista bem equipado (contratransferência) e, desta forma, capaz de tornar o próprio paciente capaz de elaborá-lo. Quem sabe, na medida em que um analista é capaz de trabalhar na permeabilidade intrapsíquica, a sua e a do paciente, poderá ser capaz de diminuir os riscos de uma prematura e excessiva ciência verbal (sobre a qual eu falava acima) e chegar aos momentos geradores (“generativo”, descreve Bollas, como negativo do trauma) da análise, aqueles momentos nos quais, além das palavras, das interpretações e do conhecimento, o paciente se transforma e se encaminha para a geração de um movimento e de uma mudança analítica fundamental e, quem sabe, com sorte, regenerar um novo gerador simbolopoiético.

Summary

Underlining some studies on the origin and development of mind in babies, the author proposes a comparison between some psychoanalytic concepts and data from experimental cognitive sciences and “he states a series of questions about our nowadays concept of unconscious. The author tries to show how some of our psychoanalytic theories are still preserved owing to the tradition, and not for their effective clinical utility in our days. The questions and its argumentations tend to point how the essence of unconscious can be identified in a continuum of symbols production (symbolopoesis), at whose terminal, sometimes, may appear that function which we call conscience. In this frame the author proposes a revision of some traditional psychoanalytic concepts and points out how psychoanalysts may usefully clarify their theories by confronting them with other sciences. Such a clarification may be useful in clinical work, in order to a deepen the use of last decades psychoanalytic discoveries. Besides the author proposes his own theoretical outline by which the origins and the construction of the mind-system may be framed.

Tradução de **Cláudia Antonini**
Revisão técnica de **Ruggero Levy**

Antonio Imbasciati
Via Celio, 2
20148 – Milão – Itália
www.alfapi.com/imbasciati

© Revista de Psicanálise – SPPA

* Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica Italiana.